



<http://dx.doi.org/10.30681/issn23163933v25n02/2018p351-373>

OS TRADUTORES E A TRADUÇÃO: O PARATEXTO COMO LUGAR DE REFLEXÃO SOBRE O SENTIDO NA LINGUAGEMⁱ

TRANSLATORS AND TRANSLATION: THE PARATEXT AS A PLACE OF REFLECTION ON SENSE IN LANGUAGE

Valdir do Nascimento Flores^{*}
Sara Luiza Hoff^{**}

Recebimento do texto: 12/08/2018

Data de aceite: 28/09/2018

RESUMO: Os paratextos (cf. GENETTE, 1982) são espaços em que tradutores podem relatar suas práticas, dificuldades e impressões acerca do processo tradutório. Este trabalho busca refletir sobre tais paratextos, extraídos de obras de diferentes gêneros literários, publicadas no Brasil, considerando especificamente os procedimentos utilizados pelos tradutores para lidar com os aspectos semânticos da linguagem e o entendimento acerca do sentido e da língua que é possível depreender das considerações feitas por eles.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução; tradutor; paratexto; sentido; língua.

ABSTRACT: Paratexts (cf. GENETTE, 1982) are a space for translators to report on their practices, difficulties and impressions about the translation process. This study seeks to reflect on these paratexts, extracted from works of different literary genres, published in Brazil, specifically considering the procedures used by translators to deal with the semantic aspects of language and the understanding of meaning and language that can be deduced from their considerations.

KEYWORDS: Translation; translator; paratext; meaning; language.

^{*} Professor de Linguística do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS. Pesquisador do CNPq. vnf.ufrgs@gmail.com

^{**} Doutoranda em Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. saraluzahoff@gmail.com





Introdução

A busca por representatividade e reconhecimento é uma questão constante para a classe dos tradutores, num esforço para superar a invisibilidade que, muitas vezes, era – e, às vezes, ainda é – associada à profissão. É justamente sobre isso que fala Lia Wyler, ao considerar a representatividade das obras traduzidas no mercado editorial brasileiro (cerca de 80% do total da produção editorial do país) e a enorme quantidade e diversidade de tradutores que existe no país:

Apesar dessa presença maciça, o tradutor e seu trabalho permanecem “invisíveis” aos olhos da maior parte da população do país.

É o que indicam os depoimentos de tradutores em reuniões sindicais e as pesquisas sumárias que realizei em estabelecimentos comerciais, em cursos de graduação, pós-graduação e oficinas em Letras e Comunicação, e em ciclos de palestras no Sindicato Nacional dos Tradutores (WYLER, 2003, p. 14).

Sabe-se que a busca por reconhecimento e visibilidade, por parte dos tradutores, envolve diversas ações. A ligação do nome do tradutor à obra traduzida é uma delas e nem sempre é respeitada, segundo a secretária-geral da Associação Brasileira de Tradutores (Abrates), Iara Regina Brazil (apud Lopes, 2014):

O principal direito moral do autor, e também do tradutor, é ver seu nome ligado à obra criada. Esse direito persiste mesmo quando o contrato entre editora e tradutor inclui a cessão total e definitiva dos direitos patrimoniais, pois é inalienável e irrenunciável. Fizemos uma pesquisa em algumas livrarias virtuais e, na maioria delas, encontramos obras que têm o



nome do tradutor citado, mas isso não acontece com todos os títulos.

Porém, é importante notar que nem todas as empresas do mercado editorial seguem essas práticas. Britto (2007) aponta para o fato de que muitas editoras têm percebido a importância de boas traduções para o aumento das vendas de livros, o que leva à valorização dos tradutores.

Também é importante observar que há também alguns casos de editoras que não só reconhecem os direitos morais e autorais dos tradutores, mas dão voz a eles, possibilitando que relatem as suas práticas, dificuldades e impressões do processo tradutório em prefácios, posfácios, notasⁱⁱ e introduções da tradução (que chamaremos de paratextos tradutórios, conforme explicado na seção 2). São justamente esses textos, de autoria de tradutores brasileiros, que são o objeto deste trabalho, que objetiva refletir sobre esses textos, considerando especificamente os procedimentos utilizados pelos tradutores para lidar com os aspectos semânticos da linguagem e o entendimento acerca do sentido que é possível depreender das considerações feitas por esses profissionais.

Os elementos paratextuais e sua importância para os tradutores

Genette considera que são paratextos todos os elementos que acompanham um texto, incluindo, nessa categoria, entre outros elementos, o “[...] título, subtítulo, títulos de seções; prefácios, posfácios, avisos etc.; notas de margem, de rodapé e de fim; epígrafes, ilustrações; [...] e outros tipos de signos acessórios”. São, portanto, elementos “[...] que dão ao texto





um contexto (variável) e talvez um comentário, oficial ou não oficial [...]” (GENETTE, 1982, p. 9, tradução nossa). Nord (2012, p. 400, tradução nossa) interpreta essa definição, afirmando que o paratexto é “[...] um texto que acompanha, complementa, comenta e influencia a interpretação do texto básico ou principal”. Ambos os autores propõem a classificação dos paratextos em autorais, de responsabilidade do próprio autor da obra, ou editoriais, definidos pela figura do editor ou da empresa editora.

Este trabalho, no entanto, toma por objeto os prefácios, posfácios, notas e introduções de tradutores que se dedicam a comentar o processo tradutório da obra. Portanto, não são de responsabilidade do autor ou dos editores, o que nos leva a propor a sua classificação como paratextos tradutórios.

Com relação a esse tipo de texto, Britto (2007, p. 202-203) cita Anthony Pym, afirmando que, para este teórico,

o tradutor deve afirmar-se no lugar que lhe cabe no livro: o aparato paratextual. Ninguém mais indicado para redigir introdução, notas, posfácio ou orelha de um livro do que a pessoa que dedicou meses de seu tempo à tarefa de transpô-lo para outro idioma. Eis uma maneira que me parece eminentemente sensata e razoável de afirmar e valorizar o trabalho de tradução: expandir nosso domínio, conquistar o território [...].

Além do reconhecimento do trabalho do tradutor, outro benefício da ocupação do espaço paratextual por parte dos tradutores reside na aproximação do tradutor com os leitores, como é apontado por Pessoa (2009, p. 11), que diz que “por meio de elementos paratextuais, o tradutor pode chamar a atenção dos leitores para as decisões tomadas durante o



processo tradutório, revelar as razões de suas escolhas, enfim, reaproximar a teoria da prática”. Desse modo, os paratextos podem diminuir o isolamento do tradutor, já que o colocam em contato com o público leitor da tradução.

Por fim, é importante ainda ressaltar que, como observado por George Steiner (2005) em *Depois de Babel*, muitos dos textos que são usados como base para os estudos da tradução são reflexões feitas por tradutores sobre a prática tradutória. Isso tanto é verdade que alguns textos desse tipo escritos por tradutores, notavelmente (mas não exclusivamente) “A tarefa do tradutor”, de Walter Benjamin, se tornaram canônicos na literatura da área. Portanto, uma arqueologia desses textos – incluindo os paratextos – seria capaz de comprovar que, historicamente, a teoria da tradução se fez essencialmente por meio do pensamento de tradutores. Desde São Jerônimo (ca. 347–420), as ponderações de tradutores constituem uma espécie de prática em que se demonstra a visão teórico-prática do tradutor.

O sentido e sua centralidade no processo tradutório

Com frequência, as discussões sobre o sentido ocupam o centro das reflexões sobre a prática tradutória, visto que noções que são essenciais aos estudos de tradução, como traduzibilidade e intraduzibilidade, fidelidade, traição, tradução literal e tradução livre, equivalência, perdas e ganhos, negociação, implicam e/ou se baseiam no sentido. Como diz Rajagopalan (2001, p. 67), “[...] todas as grandes divergências no campo de reflexões



teóricas sobre a tradução se configuram como divergências entre formas diferentes de pensar a semântica da tradução”.

Além disso, o ponto de partida – e também de chegada – da atividade tradutória é, na maioria das vezes – senão em todas – o sentido. É o que declaram, por exemplo, Vinay e Darbelnet (1972, p. 37, tradução nossa), ao afirmar que “o tradutor [...] parte do sentido e efetua todas as suas operações de transferência no interior do campo semântico”.

Ao colocar a questão semântica como essencial ao processo e à reflexão tradutória, e, conseqüentemente, ao tradutor, surgem diversas perguntas, já discutidas por diferentes teóricos e diferentes perspectivas. Que valor a discussão a respeito do sentido na linguagem tem para o tradutor? O que é traduzido: a forma? O sentido? O que significa compreender o sentido de um texto? Um texto traduzido está em relação de sinonímia com o texto original? Ou de paráfrase? Traduzir é interpretar? E interpretar é traduzir? É possível traduzir as relações de sentido presentes no texto para outra língua?

As respostas possíveis a essas dúvidas, assim como a apresentação de um posicionamento ou teoria semântica particular, não interessam a este trabalho. O que importa, aqui, é que tais questões, quando projetadas sobre os paratextos tradutórios, podem ser reveladoras da percepção que o tradutor tem de sua prática, o que implica uma certa teoria, independentemente de o tradutor ter ou não ter consciência dessa teoria. Em outras palavras, os paratextos produzidos pelo tradutor, ao revelarem suas escolhas, decisões, dificuldades etc., carregam as indicações das concepções que os tradutores têm acerca da linguagem e do sentido.



É justamente nesse ponto que este trabalho pretende chegar: nas concepções de língua que podem ser apreendidas a partir dos paratextos tradutórios, avaliando especialmente as considerações sobre o sentido. Afinal, por ser uma atividade linguística – visto que envolve a transposição de uma mensagem de uma dada língua para outra –, a tradução está intimamente ligada à concepção de língua de quem a realiza, concepção que autoriza o tradutor a tomar dadas decisões, a usar determinadas metodologias, a adotar certas soluções, ou seja, que o permitem traduzir.

A análise dos paratextos

Um dado que chama a atenção na busca por paratextos tradutórios é a escassez desse tipo de texto. Embora não tenhamos nos baseado em nenhum método formal para compor o corpus desta pesquisa, apenas consultando edições a que tínhamos acesso fácil, de qualquer gênero literário, de obras publicadas no Brasil, foi possível perceber que a ampla maioria das obras examinadas não trazia nenhum tipo de paratexto tradutório.

Também é importante mencionar que muitos paratextos tradutórios encontrados são bastante curtos, limitando-se a poucas páginas. O prefácio do tradutor do livro *Correspondência*, de Lou Andrade Salomé e Rainer Maria Wilke (2013), por exemplo, limita-se a duas páginas, enquanto a introdução de Ivo Bender (2007) à tradução de *Poemas escolhidos* de Emily Dickinson ocupa cinco páginas em formato *pocket*.



Ainda nesse contexto, chama atenção, também, o fato de que, em muitas das obras que continham paratextos escritos pelos tradutores, o espaço reservado à discussão do processo tradutório muitas vezes é inexistente ou limitado a poucos parágrafos. Grande parte dos paratextos encontrados traziam informações diversas, abordando a obra, sua importância, suas qualidades estéticas e literárias e até mesmo apresentando dados relativos à vida dos autores, mas não discutiam aspectos relativos ao processo de tradução da obra.

Ao mesmo tempo, entretanto, é notável que, em alguns casos, alguns tradutores têm a oportunidade de destinar todo o seu texto somente ao processo tradutório, e o fazem ocupando diversas páginas. É esse o caso, por exemplo, de Jorge Wanderley (2010) em uma tradução de *A divina comédia*, cujo prefácio ocupa 17 páginas em que ele explica o percurso e o objetivo da tradução, e do texto intitulado “Reflexões de um escudeiro de Cervantes”, em que Ernani Ssó (2012) discorre ao longo de 13 páginas sobre o processo de tradução de Dom Quixote.

Desse modo, embora nem sempre tenha sido possível encontrar uma fartura de paratextos que atendessem aos objetivos deste trabalho – isto é, ponderassem sobre o processo tradutório, considerando especialmente aspectos relativos ao sentido –, houve alguns textos que se sobressaíram e possibilitaram uma análise rica e produtiva, apresentada a seguir.



A ênfase no sentido

Uma dos aspectos passíveis de observação nos paratextos é a preocupação constante da maioria dos tradutores em relação ao sentido. Este é tido como um aspecto essencial do processo tradutório. É esse o caso de Newton Aquiles Von Zuben (2010, p. 48), que afirma, em sua “Introdução” à tradução da obra *Eu e Tu*, de Martim Buber, que

traduzir um texto envolve peripécias e dificuldades; a tradução não deixa de ser de algum modo uma interpretação. Todo problema da tradução é implicado na relação entre o “mesmo” sentido e o outro idioma, ou na transposição de um mesmo sentido de um idioma em um outro.

Na continuação, o autor continua abordando a questão, se questionando se “[...] aqui o que realmente o autor quis dizer no texto não é inseparável das palavras originais e, por isso mesmo, intraduzível?” (VON ZUBEN, 2010, p. 48). Ou seja, nesse caso, podemos até mesmo entrever uma certa angústia em relação ao sentido por parte do tradutor, que acredita que ele pode estar tão ligado ao texto original que não pode ser apreendido. Há, conseqüentemente, nesse caso, uma perspectiva de língua como um sistema (logo, saussuriana em sua essência), em que o valor das unidades se dá dentro da própria língua, não podendo ser repassado a outro idioma, outro sistema.

Também é interessante notar que, enquanto a visão proposta acima parece denotar uma percepção de uma unicidade de sentido, já que há um *mesmo* sentido que tem que ser transposto ao outro idioma e que existe algo



que o autor *realmente* quis dizer, há tradutores que apontam para a multiplicidade de sentidos. Um exemplo disso encontra-se na “Nota à edição brasileira”, de autoria de Vera Ribeiro e presente na tradução dos *Escritos* de Lacan. Nesse texto, a tradutora afirma que “traduzir resultou, por vezes, em decidir por um sentido em detrimento de outros” (RIBEIRO, 1998, p. 935). Nesse caso, portanto, percebemos uma visão de língua mais fluída, mais aberta, em que múltiplos sentidos são possíveis. A decisão do sentido a ser traduzido depende de quem lê e do modo como interpreta o texto. Logo, é uma visão de língua que admite a subjetividade, o que remete à perspectiva enunciativa, principalmente aquela proposta por Benveniste (1995), que coloca a subjetividade como elemento central do uso da língua e da linguagem.

Ainda em relação à questão da exatidão ou não do sentido, é interessante analisar o caso do tradutor Jorge Wanderley. Por um lado, ele admite que, às vezes, não há como perceber o sentido exato do texto, declarando ser importante “não esquecer que há momentos no texto em que o sentido exato escapa às certezas, mesmo entre especialistas, deixando um abismo de dúvidas que mais têm que ver com o tempo e com a cultura pessoal e de período do poeta do que com artifícios verbais puros [...]” (WANDERLEY, 2010, p. 31). Por outro lado, ele menciona que os objetivos de sua tradução incluem a manutenção do metro e da rima, a fluência e a precisão, sendo que esta última implicaria “[...] dizer o mais exatamente possível o que ele [Dante] diz” (WANDERLEY, 2010, p. 39). Ou seja, ao mesmo tempo em que admite a impossibilidade de captar exatamente o conteúdo semântico – devida, em grande parte, a questões



diacrônicas e culturais do que linguísticas, mas ainda assim uma impossibilidade –, ele declara buscar a precisão, o que parece necessariamente implicar o conhecimento absoluto do que o autor quis dizer.

É interessante notar também que, ao mesmo tempo em que faz essas afirmações, Wanderley passa boa parte do seu prefácio fazendo comparações com traduções anteriores, apontando os momentos em que elas não mantêm o sentido do original, em sua opinião. Isso dá a entender, novamente, que, para ele, existe um sentido único e estável, pretendido por Dante, e que pode ser desvendado pelo tradutor (no caso, aparentemente, somente por um tradutor, ele mesmo, não pelos outros que traduziram a obra). Trata-se, portanto, de uma visão bastante dúbia da sua própria capacidade e da atividade tradutória como um todo. Porém, parece também ser uma perspectiva que toma a língua como algo bastante rígido, fixo, em que somente um sentido é pretendido e em que é possível desvendá-lo completamente (salvo se fatores alheios à língua interferirem).

Enquanto Wanderley parece declarar que somente a sua tradução e a sua interpretação do sentido é admissível, outros tradutores preocupam-se em alertar os leitores sobre a possibilidade de interpretações e, conseqüentemente, de traduções diferentes, dentre várias possibilidades:

Toda tradução é a tradução possível, o ato de traduzir, particularmente ficção, encerra uma boa dose de saudável ilusão, na medida em que acreditamos, *honestamente*, traduzir o que está no texto. Portanto, não podemos enfrentar o texto literário com a pretensão de “dois e dois são quatro”, pois estamos diante de discurso literário com toda a sua carga polissêmica, o que nos obriga constantemente a interpretar o sentido ou os sentidos de uma palavra ou expressão no



contexto específico desse discurso e procurar o modo mais adequado para transmiti-los. Para tanto é indispensável, é essencial que o tradutor conheça, e bem, o universo cultural em que se produz esse discurso e os seus referentes vários, somando-se a isso outra questão essencialíssima: a honestidade profissional, o comprometimento ético com a palavra do outro. Isso nos obriga a ir até as últimas consequências, ao fundo do poço à procura do sentido mais próximo de determinada palavra ou expressão nas circunstâncias concretas da sua enunciação (BEZERRA, 2001, p. 08, grifo no original).

Além de alertar para a possibilidade absoluta de tradução, Bezerra também aponta outras questões que são muito pertinentes quando se trata do processo tradutório: o contexto em que o texto está inserido; a importância da realidade cultural em que o texto foi produzido; e as obrigações morais e éticas a que o tradutor está submetido. No entanto, o mais interessante da passagem talvez seja, novamente, uma certa dubiedade. Ao mesmo tempo em que admite que a língua implica polissemia, ou seja, não há um sentido único e estável, levando à necessidade de interpretação, ele também deixa entrever que, segundo o seu ponto de vista, existe um sentido mais correto. Por outro lado, é importante notar que esse sentido está relacionado às circunstâncias concretas de utilização da língua – o que nos leva novamente a perceber um eco benvenistiano, para quem o sentido somente é dado quando a língua é posta em uso, ou seja, na enunciação.

Se os tradutores citados acima se concentram na possibilidade de tradução – seja considerando somente a sua como a versão correta ou admitindo a existência de outras interpretações –, há quem prefira reservar algumas linhas para alertar para os momentos em que é impossível traduzir. É o que ocorre com Vera Ribeiro (1998, p. 935), já citada anteriormente,





que afirma que “ao se admitir aquilo que é impossível de ser traduzido, foram utilizados recursos que, longe de tentar negá-lo, tentam mapear seu campo semântico relativo ao contexto correspondente”, acrescentando que, nesses casos, ela optou por utilizar notas explicativas para sanar eventuais problemas. Nessa citação, podemos ver que há uma admissão da impossibilidade de equivalência entre as línguas em alguns casos, ou seja, novamente, percebemos que existe um entendimento da língua como um sistema cada vez único, que nem sempre pode ser representado por outro sistema.

Tomados em sua totalidade, os casos analisados nesta seção confirmam que o sentido constitui um elemento fundamental quando se trata da execução de uma tradução. A leitura dos excertos dos paratextos deixa evidente que é com base no sentido que os tradutores aqui apresentados efetuam as escolhas tradutórias, ou seja, que a questão semântica é o ponto central do processo tradutório.

O sentido e a forma

O aspecto que indubitavelmente é mencionado com mais frequência pelos tradutores quando se trata do sentido é a forma, deixando entrever que a maioria deles acredita que há uma relação entre esses dois aspectos. É exatamente isso que diz Malta (2012, p. 20), quando afirma que há “[...] íntima ligação entre o que se diz e o modo como isso é dito [...]”.

Considerando esse cenário, há tradutores que declaram priorizar o sentido quando os dois elementos são confrontados. É o caso de Nougé e



Sánchez, tradutores de *O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha*. Eles afirmam que sempre buscaram “[...] traduzir os muitos poemas do Quixote conservando o metro e o esquema rimático originais, objetivo parcialmente abandonado quando sua consecução absoluta feriria gravemente o significado dos versos” (NOUGUÉ; SÁNCHEZ, 2005, p. 15).

Mas um maior número parece preferir se concentrar nas questões formais. É esse o caso de Ernani Ssó, também tradutor do *Quixote*, que declara que, embora haja certas dificuldades para manter o sentido do original, há mais dificuldade com a forma:

Preocupação que todo tradutor remoeu: não basta dar uma noção da figura e de sua cor, ou, para sermos diretos, não basta dar somente o sentido. Manter o sentido, com todas as ambiguidades do original, não é tarefa fácil, sabe-se, mas o resto é mais difícil. O resto é canto e dança. Se Cervantes não cantar e dançar em português, melhor seguir o exemplo de Freud: aprender espanhol e ler no original (SSÓ, 2012, p. 13).

A essa afirmação, soma-se a crítica que Ssó (2012, p. 15) faz a uma tradução anterior do Quixote, dizendo que os tradutores “[...] optaram por ficar apenas no sentido, ignorando o jogo de palavras”. Ou seja, na interpretação desse tradutor, os recursos estilísticos e formais parecem ter mais importância para a obra do que o sentido, já que, se eles não forem transpostos, a obra não vai cantar e dançar, não vai ser suficientemente atraente.

Do mesmo modo, também é a forma que é priorizada por Jorge Wanderley (2010, p. 28), que afirma que, em suas traduções, seu “[...] ponto



essencial é o da qualidade poética do texto resultante, sem descuidar do rigor na transposição de sentido do original para ele”.

Bernardina da Silveira Pinheiro (2006, p. 10), tradutora de Joyce para o português brasileiro, é outra profissional da tradução que se parece concentrar nos recursos formais e no estilo do autor, que é, segundo ela, uma característica essencial do autor, devendo, portanto, ser mantida na tradução:

Traduzir Joyce é sem dúvida alguma um desafio um tanto assustador, e traduzir *Um Retrato do Artista Quando Jovem* um desafio ainda maior, devido ao estilo harmoniosamente adequado ao conteúdo, à sonoridade das palavras usadas por Joyce, à melodia, à cadência e ao ritmo de sua linguagem. Foi, portanto, uma preocupação primordial a de procurar transpor para o português, apesar da diversidade das duas línguas, com melodias, cadências e ritmos próprios, dentro da medida do possível, o estilo tão peculiar e marcante do genial escritor irlandês.

Em relação a essas passagens, é interessante notar que, embora parece haver um certo favorecimento dos aspectos formais em relação ao sentido, há sempre a menção aos dois aspectos, denotando uma impossibilidade de dissociá-los. Ou seja, para esses tradutores, a forma parece influenciar o sentido e vice-versa, sendo que nenhum dos dois pode ser completamente negligenciado no processo tradutório. Desse modo, a visão da língua dos tradutores parece admitir que há sempre dois lados que devem ser considerados, sem ser possível eliminar um deles em detrimento do outro, visto que são inseparáveis na língua.

Ainda em relação à forma e ao sentido, é curioso notar que, em pelo menos dois casos, há tradutores que citam que a forma pode causar



estranhamento. O primeiro é o de um grupo de tradutoras, em um texto introdutório à obra *O local da cultura*, de Homi Bhabha. Elas dizem:

Optamos por conservar até certo ponto a estranheza da formulação original, mas “traduzindo”, em alguns pontos, a expressão do autor para uma forma um pouco mais transparente. Temos consciência de que a operação da tradução, por mais literal que seja, implica inevitavelmente uma negociação de significados, já que estes estão profundamente imbricados na forma (ÁVILA; LIMA REIS; GONÇALVES, 200, p. 09).

Nesse caso, podemos perceber que há um zelo em relação à forma do texto original, que, segundo as tradutoras, causa dificuldades de leitura e compreensão. Tais dificuldades, portanto, levam também à necessidade de negociação dos significados, por estes se relacionarem com a forma. Isso leva a entender que a noção de sentido, para essas tradutoras, é bastante aberta e flexível; há a possibilidade de negociação, o que implica que os sentidos não são considerados estáveis. Das observações feitas pelas tradutoras, também é possível depreender que, de certa forma, nem forma nem sentido foram plenamente respeitados, em busca de um texto que fosse entendível. Observa-se, portanto, que há uma percepção de que a linguagem utilizada pelo autor do original é considerada difícil, tendo que ser suavizada. Isso permite divisar que as autoras possivelmente têm uma concepção de língua como possível instrumento de dominação e de superioridade, tendo havido uma decisão consciente de não manter tal *status* no texto traduzido.

O segundo caso apresenta uma posição completamente diferente. Ao invés de buscar abrandar a forma do texto, o tradutor opta por





deliberadamente manter as formas do original, declarando que essa estratégia de manter a perspectiva respeitada pelo autor pode ter “[...] resultado, com alguma insistência, no estranhamento da frase em português, que se deixa invadir de quando em quando pelo original, embora sem adular o sentido do que é dito ou contado [...]” (CARONE, 2008, p. 361). Ou seja, há, aqui, uma perspectiva em que as línguas, apesar de separadas, também podem se aproximar, interagir, se cruzar, formando, talvez, uma terceira via, uma língua permeada por outra, resultante do processo de tradução.

Por fim, ainda considerando a relação entre forma e sentido, é interessante notar ainda o ponto de vista expresso por Lawrence Flores Pereira (1996, p. 09), tradutor dos poetas Eliot e Baudelaire, que discorre sobre a suposta proibição de mudar os sentidos quando se traduz, afirmando:

Eis uma fidelidade que creio tão exagerada quanto a que proíbe todo e qualquer deslocamento semântico na tradução. É comum o tradutor encontrar um par de rimas perfeito quanto à igualdade consonantal, mas que ou não corresponde à qualidade sugestiva da rima no original, ou obriga a modificações semânticas mirabolantes e canhestras no poema. [...] admitir honestamente a derrota nessa primeira batalha: o tradutor preocupado em reproduzir a essência do poema optará pela segunda possibilidade.

A partir dessa passagem, é possível entender que, para o autor, a ausência de fidelidade – ou seja, a impossibilidade de deslocamento de sentido – é uma prática aceitável, pelo menos no contexto da poesia, em que a forma parece desempenhar um papel fundamental. Mas é interessante notar que, logo em seguida, o mesmo tradutor adverte que criou “[...] uma



tradução sonora de ambos os poetas com o mínimo de transgressões semânticas significativas” (PEREIRA, 1996, p. 10). Além disso, em outras duas passagens, o tradutor cita os supostos deslizamentos de sentido, buscando justificá-los e reforçando que são pouco significativos e que não ocorrem com frequência. Ou seja, embora admita a possibilidade de deslocamentos semânticos em um primeiro momento, parece não se sentir tão confortável em realizá-los na prática. Isso, por sua vez, juntamente com outras passagens do prefácio do tradutor, pode ser um indicativo de que o tradutor parece entender que o sentido é uma coisa única, fixa, imutável, limitando a sua liberdade na prática tradutória.

Novamente, ao analisar o conjunto de citações desta seção, torna-se possível perceber que, embora as posições apresentadas pelos tradutores sejam bastante diversas, há um ponto que as une: a impossibilidade de separar a forma e o sentido. As passagens evidenciam que, na língua, essas duas noções aparecem sempre juntas e não podem ser consideradas individualmente. Fazer isso seria não levar em conta a língua em toda sua potencialidade.

Considerações finais

Ao ler paratextos de tradutores, podemos vislumbrar diversas questões que são objeto dos estudos sobre tradução, tanto que levaram Paulo Rónai (2012, p. 90) a expressar o seu desejo de que os futuros tradutores dispusessem, em suas bibliotecas, de uma antologia “[...] que se poderia compilar dos prefácios em que os tradutores fazem confidências ao público,





explicando os seus processos e os seus truques, confessando seus fracassos, queixando-se das dificuldades do ofício”. Portanto, a contribuição que esses textos têm para a área é inegável, sendo importante que se realizem mais estudos considerando esse tipo de texto.

O fazer tradutório encontra no sentido seu aspecto mais fundamental. É ele que geralmente rege a maior parte das – senão todas as – escolhas feitas pelos tradutores. Assim, é fundamental considerar questões como qual é o entendimento que os tradutores têm do sentido, onde o localizam e como lidam com os aspectos semânticos da linguagem, para um maior entendimento do fazer tradutório de cada tradutor e também da atividade tradutória como um todo. E é justamente em paratextos tradutórios, que abordam situações e textos específicos, que é possível obter as respostas para essas questões.

A análise feita neste trabalho permite entender que, naturalmente, não há consenso em relação ao sentido por parte dos tradutores, o que, por sua vez, aponta para a relevância da subjetividade no processo tradutório. Há os que parecem entender que a língua se compõe de unidades com sentido único e estável, enquanto outros admitem a fluidez do sentido e a polissemia, enfatizando a necessidade de interpretação. Há os que acreditam que o sentido se impõe, enquanto outros acreditam que a forma é mais relevante para o processo tradutório, reservando ao sentido um lugar secundário, denotando maior preocupação com os recursos estilísticos da língua. Há os que acreditam que tradução é possibilidade, enquanto outros ressaltam os momentos em que há impossibilidade de transmitir o sentido exato. Há, portanto, visões diferentes, de pessoas diferentes, que, entretanto,



têm em comum o fazer tradutório, para o qual chamam a atenção em seus textos.

Referências

- ÁVILA, M.; LIMA REIS, E. L.; GONÇALVES, G. R. Traduzindo Bhabha: algumas considerações. In: BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005. p. 09–10.
- BENDER, Ivo. Introdução. In: DICKINSON, Emily. *Poemas escolhidos*. Tradução de Ivo Bender. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 9–13.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 4ª ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 284–293.
- BEZERRA, Paulo. Nas sendas de *Crime e Castigo*. In: DOSTOIÉSKI, Fiódor. *Crime e castigo*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 07–13.
- BRITTO, Paulo Henriques. As condições de trabalho do tradutor. *Cadernos de tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 193-204, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6998/6483>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- CARONE, Modesto. Posfácio: O Fausto do século 20. In: KAFKA, Franz. *O Castelo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 353–361.



GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: La littérature au second degré*. Paris : Seuil, 1982.

LOPES, Luiz Gonzaga. “O que mais os tradutores buscam é o reconhecimento da profissão”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, RS, 30 set. 2014. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/livrosamais/?p=499>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MALTA, André. Introdução. In: PLATÃO. *Apologia de Sócrates precedido de Êutifron (Sobre a piedade) e seguido de Críton (Sobre o dever)*. Tradução de André Malta. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. p. 11–22.

NORD, Christiane. Paratranslation – a new paradigm or a re-invented wheel?. *Perspectives: Studies in Translatology*, Londres, v. 2, n. 4, p. 399-409, dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0907676X.2012.726231>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

NOUGUÉ, Carlos Ancêde; SÁNCHEZ, José Luiz. Nota dos tradutores. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha*. Tradução de Carlos Ancêde Nougé e José Luiz Sánchez. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 13–16.

PEREIRA, Lawrence Flores. Prefácio do tradutor. In: ELIOT, T. S., BAUDELAIRE, Charles. *Poesia em tempo de prosa*. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Iluminuras, 1996. p. 9–12.

PESSOA, Mariluce Filizola Carneiro. *O paratexto e a visibilidade do tradutor*. 2009. 91 p. Dissertação (Mestrado em Tradução) - Departamento



de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, Bernardina da Silveira. Introdução. In: JOYCE, James. Um retrato do artista quando jovem. Tradução de Bernardina da Silveira Pinheiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. p. 7–13.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O significado da tradução e a tradução do significado. *Revista Letras*, Curitiba, PR, v. 56, p. 67-76, 2001. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/18406/11979>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

RIBEIRO, Vera. Nota à edição brasileira. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 935–937.

RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1970. 279 p.

SSÓ, Ernani. Reflexões de um escudeiro de Cervantes. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução de Ernani Ssó. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 11–23.

STEINER, George. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Tradução de Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. 533 p.

VOBISCUM, Damnus. Prefácio do tradutor. In: ANDREAS-SALOMÉ, Lou; RILKE, Rainer Maria. *Correspondência*. Tradução de Damnus Vobiscum. Joinville, SC: Clube de autores, 2013. p. 5-6. Disponível em:



<https://books.google.com.br/books?id=oSFKBQAAQBAJ&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 15 mar. 2016.

VINAY, Jean-Paul; DARBELNET, Jean. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier, 1972.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. Introdução. In: BUBER, Martin. *Eu e tu*. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro Editora, 2010. p. 07–49.

WANDERLEY, Jorge. Traduzir *A divina comédia*. In: ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia – Inferno*. Tradução de Jorge Wanderley. São Paulo: Abril, 2010. p. 27–43.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. 158 p.

Este texto é de responsabilidade de seu (s) autor (es).

ⁱ Este texto inclui reflexões e aproveita trechos de estudos presentes em “Le dire des traducteurs: une analyse de paratextes de traduction”, enviado à revista *Atelier de traduction*, onde se encontra a primeira versão das ideias aqui expostas.

ⁱⁱ Aqui, ao nos referimos às notas de tradução, consideramos os textos introdutórios ou posteriores à obra em que se discutem aspectos relacionados ao processo tradutório. As notas de rodapé não são levadas em conta neste trabalho; embora as consideremos muito significativas, entendemos que são outro tipo de paratexto, que serve de apoio ao texto traduzido.